

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E CULTURA

EDUCATION, ENVIRONMENT AND CULTURE

Denise Souza Simões Rodrigues
Universidade do Estado do Pará

Resumo

Neste artigo pretendo oferecer um breve resumo da evolução histórica da proposta de educação ambiental e analisar alguns conceitos importantes sobre esse campo. Entre as contribuições teóricas mais relevantes destaco a concepção de Castoriadis e sua visão sobre o processo de instituição imaginária social que promove a adesão dos indivíduos ao modelo capitalista. Busco estabelecer uma ponte entre a teoria social sobre a questão ecológica e a cultura através da utilização dos conceitos de racionalidade ambiental e desenvolvimento humano sustentável, conjugadas à incorporação dos saberes que a diversidade cultural oferece no Brasil e na Amazônia em particular. Finalmente lanço um olhar sobre as relações estabelecidas entre a diversidade cultural, a globalização e a questão ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Racionalidade Ambiental. Diversidade Cultural.

Abstract

In this article, I intend to offer a short summary of the historical evolution of the environmental education proposal and to analyze some important concepts on this field. Among the more relevant theoretical contributions I detach the conception of Castoriadis and his vision on the process of social imaginary institution that promotes the adhesion of the individuals to the capitalist model. I look for establishing a bridge among the social theory on the ecological subject and the culture through the use of the concepts of environmental rationality and maintainable human development, conjugated to the incorporation of the knowledge the cultural diversity offers in Brazil and in the Amazon, particularly. Finally I glance at the established relationships among the cultural diversity, the globalization and the environmental subject.

Keywords: Environmental Education. Environmental Rationality. Cultural Diversity.

I

A expressão Educação Ambiental foi usada pela primeira vez em março de 1965, no decorrer da Conferência em Educação na Universidade de Keele, Inglaterra. Data desse período o avanço na discussão dos problemas decorrentes do uso indiscriminado dos recursos naturais. A exaustão de recursos não-renováveis associada ao aumento da poluição do ambiente prenunciava tempos sombrios sob todos os aspectos, colocando em risco a própria sobrevivência do homem sobre a Terra. A busca de saídas tornou a educação um caminho mais do que necessário para que um novo paradigma fosse elaborado e se buscasse a sua implementação.

A análise da trajetória histórica da problemática ambiental apresenta marcos importantes. O primeiro é sem dúvida a publicação pelo Clube de Roma do relatório *Os Limites do Crescimento* (1971), onde se estabelecem previsões para o futuro caso não sejam alterados ou ajustados os modelos de desenvolvimento econômicos vigentes na época. O crescimento a qualquer preço, o progressivo esgotamento dos recursos naturais possivelmente levariam ao colapso da atividade humana sobre a Terra.

A consequência mais importante do alerta do Clube de Roma foi a realização da Conferência de Estocolmo (1972), promovida pela ONU, onde 113 países subscreveram a Declaração sobre o Ambiente Humano, criando as bases de uma atuação global sobre o meio ambiente através do Plano de Ação Mundial, recomendando expressamente o desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental.

A I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Tbilisi/Geórgia, 1977), em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foi outro momento importante nessa trajetória. Nela foram avaliados os resultados da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental promovido pela UNESCO/PNUMA, iniciado em 1975.

No momento em que as nações desenvolvidas iniciavam o grande debate sobre os problemas ambientais, o Brasil vivia a euforia ideológica do regime ditatorial, o falso milagre do vertiginoso crescimento econômico fundado em bases movediças de empréstimos internacionais, que logo se revelariam insustentáveis, quando adveio a grande crise internacional do petróleo em 1973. O sonho do Brasil em se tornar potência emergente do terceiro mundo assumiu a sua verdadeira face: endividamento, inflação, estagnação econômica. A situação impunha a necessidade premente de novas políticas internas de desenvolvimento econômico que oferecessem sustentação à proposta ufanista do regime militar.

A política modernizante imposta pelos governos militares e seus Planos Nacionais de Desenvolvimento, teve consequências graves para a Amazônia, uma vez que promoveu a ocupação acelerada e predatória da região via incentivos fiscais oferecidos ao grande capital nacional. O desconhecimento da região em termos de suas características ecológicas preparou o terreno para o fracasso das sucessivas políticas de desenvolvimento regional focadas em atividades de exploração econômica inadequadas e pelo desrespeito às populações locais.

As dificuldades regionais foram aproveitadas sobremaneira pela rapinagem travestida com as roupagens ideológicas do progresso, mas não impediram as pressões internacionais sobre o governo brasileiro no intuito da criação de mecanismos de proteção ambiental. Data desse período a criação de áreas de proteção ambiental, proteção florestal, parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas. É o que poderíamos denominar de um primeiro arcabouço institucional de proteção ambiental que foi instituído a nível governamental, mas a realidade política do país nos anos 80 demonstrava claramente o esgotamento das possibilidades do estamento militar impor restrições de qualquer ordem à voracidade do capitalismo aqui praticado e que lhe oferecia suporte.

Em 1987 ocorreu a divulgação do

relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Brundtland. Mas o amadurecimento das propostas sobre a problemática ambiental só viria com a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, com a participação de 170 países - denominada *Conferência Rio-92* - que fez surgir chamada *Agenda 21* que reconheceu como essencial a promoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico cuja característica principal seja o respeito à natureza. À educação caberia a tarefa de propiciar as condições necessárias para a implementação de novos saberes e tecnologias, necessários para a emergência de um novo modelo econômico comprometido com a Ecologia: *o desenvolvimento sustentável*.

II

Os novos enfoques teóricos buscaram dar conta da relação Homem - Natureza enfatizando não só o fato que a produção do conhecimento tem o objetivo claro de proporcionar o controle da exploração da natureza, como é preciso dar ênfase à complexidade inerente a esse relacionamento para encontrar soluções adequadas aos problemas. Leff (2002, p. 21) afirma: "na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e se reproduz determinada formação social", tornando-se indispensável realizar a crítica das idéias que constituem o suporte teórico do modelo de desenvolvimento econômico vigente.

A crítica do modelo de desenvolvimento capitalista atual, considerado selvagem pela prática excludente das populações mais carentes e esbanjador de recursos naturais, o que de certo modo beira o desperdício irracional, aponta a impossibilidade da manutenção desse padrão para todo o sempre, tendo em vista os níveis atuais de crescimento da população mundial. De certo modo fez renascer a utopia revolucionária, agora

tendo como pano de fundo as transformações radicais das relações entre os indivíduos e destes com o meio ambiente. Desde os anos 80 do século XX sucedem-se no cenário mundial os debates sobre a questão ambiental diante da expansão predatória da exploração capitalista.

A luta ecológica faz emergir a necessidade de se mudar as condições através das quais a sociedade constrói e institui o modelo econômico que, exaurindo os recursos naturais, coloca em perigo a própria sobrevivência do homem no planeta Terra. Castoriadis (1981), ao debater a questão ecológica propõe a necessidade de se demolir as bases institucionais sobre as quais repousam a sustentação do sistema capitalista, isto é, a "fabricação" de sujeitos para o capital, e isso só seria possível mediante o estabelecimento de uma nova proposta educacional que possibilitasse a construção da autonomia dos indivíduos. Ele afirma:

(...) que cada sociedade cria sua técnica e seu tipo de saber, como também seu tipo de transmissão do saber. Sabe-se também que a sociedade capitalista não somente foi muito longe na criação e no desenvolvimento de um tipo de saber e de um tipo de tecnologia que a diferencia de todas as outras, mas que - e isso também a diferencia de todas as outras sociedades - além disso colocou estas atividades no centro da vida social e atribuiu-lhes uma importância que não tiveram nem outrora nem alhures.

(CASTORIADIS, 1981, p.13)

De acordo com Castoriadis, o capitalismo ao se constituir como imaginário social dominante se fundamenta na *expansão ilimitada da mestria (maîtrise) racional*. Este é o núcleo de significações imaginárias sociais que mantém unida a sociedade contemporânea independente dos locais ou regimes de governo, os aspectos administrativos e organizacionais se impõem como fundamentais ao predomínio de uma racionalidade instrumental¹ que anteriormen-

te já havia sido analisada por Weber (1981).

De acordo com a concepção teórica weberiana o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente resultou de uma combinação de fatores culturais e técnicos e a racionalização ocupa um lugar privilegiado. A crescente organização capitalista racional assentada no trabalho livre (pelo menos em nível formal) provocou duas conseqüências: a influência do desenvolvimento das possibilidades técnicas e científicas; das estruturas racionais do direito e da administração e o "racionalismo" específico e peculiar da cultura ocidental e o desenvolvimento de uma conduta econômica.

Tendo-se em vista as enormes desigualdades sócio-econômicas produzidas pelo sistema capitalista, os danos que provoca com a dilapidação das riquezas naturais onde quer que se instale, Castoriadis indaga: como tal sistema permanece, inabalável e aparentemente indestrutível? A resposta mais fácil seria a necessidade mesma de sobrevivência ou pela repressão praticada pelos donos do poder. Mas o autor descarta o caminho mais atraente por sua auto-justificação imediata e propõe que:

Se queremos verdadeiramente lutar contra o sistema e também se queremos ver os problemas contra os quais se choca hoje, por exemplo, um movimento como o movimento ecológico, devemos compreender uma verdade elementar que parecerá muito desagradável a alguns: o sistema se mantém porque consegue criar a adesão das pessoas àquilo que é. Consegue criar, bem ou mal, para a maioria das pessoas e durante a

grande maioria dos momentos de sua vida, sua adesão ao modo de vida efetivo, instituído, concreto desta sociedade. É desta constatação fundamental que devemos partir se quisermos ter uma atividade que seja fútil e vã. (CASTORIADIS, 1981, p.16).

O primado da razão (aqui identificada com o saber objetivado pela ciência) e da técnica a seu ver instalou-se socialmente ocupando o vácuo provocado pela laicização da vida moderna e do próprio poder político. Ainda de acordo com Castoriadis, as significações imaginárias do *saber* e da *técnica* ocuparam socialmente o lugar do *sagrado*, isto é, tornaram-se o equivalente prático do *sagrado*². Assiste-se nos tempos atuais a emergência de novas modalidades do *sagrado* não religioso, favorecidas pela articulação entre a razão e a religião e aí reside o locus societário de que se apropriou o sistema capitalista com a sedução da oferta do paraíso a ser alcançado aqui e agora pelo acesso ao consumo de bens tornados desejados a partir da instituição de "necessidades" a serem satisfeitas pelo consumo incessante.

Leff, ao analisar a transmutação do sistema capitalista em uma nova forma do *sagrado* e comentando as idéias de Schönberg, escreveu:

Deus - a idéia invisível, a imagem irrepresentável, o ser incomensurável - é a invenção para salvar um povo da escravidão. O mercado se apresenta como um novo

¹ WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Brasília: UNB; São Paulo: Pioneira, 1981. O autor discute o aparecimento e desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental tomando por base aquilo que denomina de o "espírito do capitalismo". Aprofunda sua análise e propõe o surgimento de um "ethos" capitalista fundado na confissão religiosa protestante, no avanço da racionalidade e na crescente burocratização que permeia a organização social como um todo.

² Especialistas em diversos já haviam indicado em seus estudos essa tendência de expansão do significado do *sagrado* nas sociedades ocidentais, tomando como exemplo a sacralização das instâncias do político, tal como ocorre nas análises de Sanchis sobre a obra durkheimiana e a criação de um simbolismo religioso que procura traduzir o mundo para ao homem criando um *universo-para-o homem*, dando destaque pra os conceitos de *representações coletivas* e *consciência coletiva*. A força do *sagrado* se impõe nesse processo de idealização coletiva e é projetada para fora das consciências dos indivíduos-pessoas, é objetivada em objetos e reforçada pelas práticas cotidianas- os rituais. SANCHIS, P. *A Contribuição de Émile Durkheim*. In: TEIXEIRA, F. (Org.) *Sociologia da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2003.

deus capaz de salvar a humanidade da escravidão da necessidade e da pobreza. A mão invisível que governa o mundo se torna visível, representável e mensurável construindo, codificando e coisificando o mundo de acordo com as regras e valores do mercado. Este deus-mercado (bezerro de ouro) infinito e eterno, abstrato e real, onipotente e humano, ergue-se por cima das leis da natureza e do sentido da existência. (LEFF, 2003, p. 21)

As sociedades ocidentais desenvolveram, em níveis diferenciados, modos de vida que tornaram o individualismo exacerbado a sua característica principal. Essa verdadeira *religião do indivíduo* fechado sobre si mesmo, preso aos seus interesses imediatistas, não favorece o desenvolvimento da crítica ao sistema capitalista em seus suportes estruturais, mas ao contrário promove a renovação incessante e volátil de novas oportunidades de destruição de recursos naturais para atender às demandas sempre crescente por quinquilharias de vida efêmera e poluente.

É a sociedade quem produz os indivíduos para o capital. Sem os ensinamentos aprendidos desde a mais tenra idade, como se explicariam as peculiaridades das necessidades a serem atendidas incessantemente pelo sistema produtivo? Castoriadis afirma:

Não há necessidades naturais. Toda sociedade cria um conjunto de necessidades para seus membros e lhes ensina que a vida não vale a pena ser vivida a não ser que estas necessidades sejam bem ou mal "satisfeitas". Qual é a especificidade do capitalismo quanto a isso? Em primeiro lugar, é que o capitalismo só conseguiu surgir, manter-se, desenvolver-se, estabilizar-se (apesar de e com as intensas lutas operárias que dilaceraram sua história) colocando no centro de tudo as necessidades "econômicas".

(CASTORIADIS, 1981, p.21)

Torna-se inescapável que ao se pro-

por políticas ambientais deve ser levado em conta que os atores sociais estão imersos na teia complexa das significações imaginárias sociais instituídas pela sociedade e que sem dúvida tem peso considerável na adesão desses sujeitos às propostas de legitimação de um novo modo de vida que atinge seus desejos de inclusão ao que considera como progresso e seu atrativo de conforto e facilidades de sobrevivência material. É nesse sentido que retornamos a Castoriadis para salientar o caráter da *fabricação social dos indivíduos para o capital*³.

Como assegura Leff, a situação atual do meio ambiente coloca no centro do debate a proposta original do racionalismo iluminista:

A crise ambiental nos leva a interrogar o conhecimento do mundo, a questionar esse projeto epistemológico que buscou a unidade, a uniformidade e a homogeneidade; esse projeto que anuncia um futuro comum, negando o limite, o tempo, a história; a diferença, a diversidade, a outridade. A crise ambiental é um questionamento sobre a natureza da natureza e do ser no mundo, da linha do tempo e a entropia como leis da matéria e da vida, desde a morte como lei-limite na cultura, que constituem a ordem simbólica, do poder e do saber.

(LEFF, 2003, p.20).

Sem analisar a natureza da instituição do social-histórico não há como elucidar a adesão desses sujeitos aos propósitos do sistema capitalista e tentar através da educação ambiental superar os impasses que certamente ocorrerão. Se a adesão ao modelo capitalista tem uma resposta muito forte da sociedade, um caminho possível seria a busca incessante da construção de uma cidadania mili-

³ Sobre a "fabricação social" dos indivíduos ler: CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982: P.362; 401 a 409.

tante em defesa da proteção dos recursos naturais e ao mesmo tempo da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas⁴.

Para tornar eficazes as políticas ambientais é imprescindível analisar não somente o impacto provocado pelo modelo capitalista de desenvolvimento econômico sobre a dinâmica dos ecossistemas. Essa análise deve levar em conta as condições ideológicas, políticas, institucionais e tecnológicas que determinam a utilização dos recursos de uma região, as possibilidades de conservação e regeneração, a ocupação territorial e as formas de apropriação e distribuição das riquezas entre os indivíduos. Por outro lado, torna-se essencial o envolvimento das comunidades locais no processo de tomada de decisões relativas à utilização dos recursos naturais, estabelecer relações entre o conhecimento teórico e saberes práticos oriundos desses grupos. E aqui enfatizamos: é imprescindível considerar as populações locais, seus desejos, carências, aspirações e seus saberes ancestrais responsáveis por suas estratégias de sobrevivência ao longo do tempo.

O desenvolvimento econômico capitalista impõe custos, isso é por todos reconhecido. Portanto, a gestão ambiental do desenvolvimento precisa tornar efetiva a prática de uma racionalidade ambiental. O conceito de *racionalidade ambiental* defendido por Leff (2001, p.89) se apóia nas transformações do conhecimento sobre a problemática am-

biental, mobilizando, articulando e intercambiando saberes técnicos e práticos, associados ao reconhecimento, valorização e formas de uso dos recursos naturais. Sua proposta envolve a criação de um paradigma ambiental de desenvolvimento.

Nesse paradigma o conceito de *produtividade ecotecnológica* se associa ao anterior (racionalidade ambiental) e consiste na manipulação integrada de recursos produtivos do ponto de vista ecológico, tecnológico e cultural e a valorização dos saberes tradicionais. A educação ambiental então, se transforma em ferramenta indispensável para o novo paradigma e para isso ela deve ter propostas bem delineadas de intervenção.

A Educação Ambiental deve ser contínua; multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. As propostas de Educação Ambiental devem contemplar a totalidade da vida social, ou seja, seus aspectos econômicos, políticos, científico-tecnológico; principalmente deveria dar conta dos aspectos culturais, ecológicos e éticos.

Deve ser uma visão renovada, transdisciplinar das experiências educativas, de modo a proporcionar aos indivíduos e/ou coletividades uma visão integrada do ambiente e desse modo favorecer a compreensão da complexidade dos problemas ambientais e a necessidade de atitudes responsáveis em defesa da vida face as agressões que o desenvolvimento econômico provoca no meio ambiente⁵.

III

Finalmente, a Educação Ambiental deve ser projetada tendo em vista o processo de globalização e a necessidade de preservação da diversidade cultural

⁴ Analisando as novas temáticas da Sociologia contemporânea Leff detalha uma das mais importantes – a qualidade de vida que “está necessariamente conectada com a qualidade do ambiente, e a satisfação das necessidades básicas, com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado (a conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, a prevenção diante de desastres naturais, a valorização e preservação da base de recursos naturais, sustentabilidade ecológica do habitat), mas também de formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, bem como de satisfação de necessidades e aspirações por meio de novos processos de trabalho”. LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 149.

⁵ Em Belém/PA, na ilha do Outeiro, na Escola Bosque Eidorfe Moreira, existe uma experiência em processo sobre Educação Ambiental. Essa escola foi especialmente destinada a unir práticas educativas em sistema interdisciplinar ao saber tradicional, aplicados no espaço comunitário.

das coletividades. As pressões do mundo globalizado atuam de modo esmagador sobre as comunidades dos países periféricos, provocando a sua fragmentação e dispersão e a perda de identidades. Dias (2000, p. 93) comparando passado e presente afirma que a "situação global presente aproxima o indivíduo humano do indivíduo de espécies sob estresse ecossistêmico".

A dimensão *comunicacional-cultural* do processo de globalização ainda segundo esse autor, acentuaria a ruptura de padrões culturais nacionais e/ou locais produzindo a disseminação de conteúdos, modos de vida e formas de lazer, próprios dos americanos, opondo o desejo de "ter" ao de "ser" sem que existam condições econômicas, sociais, políticas, culturais ou ecológicas que ofereçam o suporte indispensável. Isso gera a insatisfação, frustração, rancor, violência, que sem dúvida estão na base de movimentos sociais agressivos de cunho fundamentalista, entre as populações negligenciadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista.

Morin é quem melhor traduz a situação de desencanto das populações apartadas das benesses do capitalismo:

Quando se perde o futuro, o porvir, e se percebe que o presente é de angústia, de incerteza, então no que se pode segurar? É no passado, é o movimento ao passado, buscar as verdades no passado e não mais a verdade de futuro. E nessa situação há a ressurreição da força virulenta de muitas religiões em conexão com nacionalismos agressivos. Há conflito entre religiões. Entre laicismo e religião; modernização e tradição, democracia e ditadura, ricos e pobres, jovens e velhos, países velhos e jovens. (MORIN, 2002, p.48)

Buscar a visibilidade dessas populações sem dúvida permitirá a emergência de formas renovadas de pensar o desenvolvimento econômico em interação com o social e o cultural, implica pensar o desenvolvimento como totalidade, como afirmação das populações em seus afa-

zes de sobrevivência atuando de modo compatível com o meio ambiente.

Ao situar o caso brasileiro, o grande equívoco das políticas ambientais para a nossa região, é não levar em conta as características sócio-culturais da população cabocla, seus saberes acumulados, organizados e testados sobre o lugar que habitam. Criou-se sobre a região o mito da preservação a qualquer custo, sem se levar em conta os anseios dos que nela vivem. Isso cria tensões e conflitos a cada proposta de demarcação de área indígena ou quilombola, ou a cada demarcação de área de floresta nacional de exploração econômica controlada. Grupos a favor e contra logo se mobilizam para entrar ou agilizar a execução dos projetos, criando impasses que imobilizam e/ou inviabilizam até mesmo a permanência de antigos moradores nas áreas.

Analisados de modo bem amplo, os currículos vigentes nos diversos cursos de graduação na área de ciências humanas e/ou sociais ainda não tratam a questão ambiental com o rigor e a profundidade que ela merece, tal é a sua importância para o futuro da humanidade, especialmente no que diz respeito à gestão de recursos naturais não-renováveis e estratégicos para a soberania da nação.

Por outro lado, a preparação de recursos humanos capacitados a realizar a ponte entre a teoria e a prática das relações sociais é fundamental ao desenvolvimento social e cultural de nossas populações carentes, colaborando na produção de conhecimentos e na gestão dos empreendimentos. Consideramos que essa é uma tarefa inadiável para as instituições de ensino superior, especialmente para as IES públicas, cuja vinculação aos destinos de nossa gente é parte essencial de sua proposta de atuação pedagógica.

Em defesa da diversidade cultural a Educação Ambiental deve ser a ferramenta capaz de proporcionar a estruturação e implementação de um novo paradigma de *desenvolvimento humano sustentável*. Certamente uma *reeducação da humanidade*, em busca de soluções que permitam a incorporação des-

ses saberes diferenciados, provindos de fontes ainda não adequadamente valorizadas como as sociedades tradicionais, mas indispensáveis na busca de soluções sustentáveis para a continuidade da vida em nosso planeta.

Mais uma vez busco em Morin a concisão, a clareza das idéias que se constituem também como proposta de intervenção na realidade:

É preciso contextualizar e não apenas globalizar. Conceber não unicamente as partes, mas o todo. Esta é a razão pela qual somos cada vez mais incapazes de pensar o planeta. Realmente, temos a necessidade do que chamo uma reforma do pensamento e de educação, que permita desenvolver o mundo de conhecimento, através das relações e dos contatos globais. (MORIN, 2002, p.49)

Não há como superar os impasses causados pela necessidade de crescer sem destruir o meio ambiente desconhecendo ou desqualificando os saberes tradicionais e alijando populações inteiras das benesses do crescimento econômico, oferecendo-lhes somente o ônus - a degradação ambiental. É fundamental incorporar todas as práticas culturais, todos os saberes populares como parte do estoque de capital necessário ao desenvolvimento humano sustentável. Como tão bem resume Leff:

A complexidade ambiental abre uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer; sobre a hibridação do conhecimento na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade; sobre o diálogo de saberes e a inserção da subjetividade e dos valores e dos interesses na tomada de decisões e nas estratégias de apropriação da natureza. Mas também questiona as formas em que os valores permeiam o conhecimento do mundo, abrindo um espaço para o encontro entre o racional e o moral, entre a racionalidade formal e a racionalidade substantiva. (LEFF, 2003, p.22)

Creio que para a Educação Ambiental se torna extremamente importante incorporar a diversidade dos saberes que estão presentes no interior da cultura popular. É fundamental valorizá-la, possibilitando assim que o imaginário que ela representa se torne visível em suas formas e estruturas variadas, expressando as matrizes étnicas de sua formação, no que diz respeito às configurações assumidas tanto pelo sagrado e pelo profano das representações populares nas variadas regiões do país.

Desqualificar essas representações imaginárias sociais como primitivas ou rústicas ou simplesmente "folclóricas", significa adotar um ponto de vista colonizador. Não se trata aqui de negar a importância da chamada cultura erudita ou acadêmica e supervalorizar demagogicamente "o espírito do povo", e sim estimular a incorporação de conhecimentos desprezados como não-científicos e categorizados como inser-víveis. Como BOSI (1981) propõe, é possível tratar a cultura brasileira a partir de sua matéria prima - o cotidiano, de onde se retirará "teores e valores", essenciais à manutenção de nossa rica diversidade cultural em tempos de globalização predatória.

Preparar profissionais competentes é imprescindível. Essa deve ser a preocupação de todas as instituições sociais, em especial as Universidades públicas. A Universidade pública deve ter como proposta política a inclusão social daqueles a quem o sistema capitalista deixou à margem, e em virtude disso deve abrir suas portas à comunidade, criando oportunidades claras para que essa inclusão se efetive: A Universidade pública deve fundamentar seu projeto educativo tendo em vista uma proposta de autonomia do sujeito histórico que ela forma.

Referências

BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras. In: MENDES, D.T. *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CASTORIADIS, Cornelius. *Da Ecologia à Autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental. Princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos S. (Org.) *Etnoconservação. Novos rumos para a produção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Nupaub-USP/HUCITEC/ANNA-BLUME, 2000.

LEFF, Enrique. (Org.) *Ecologia, Capital e Cultura*. Tradução de Jorge E. da Silva. Blumenau/SC: FURB, 2000.

_____. *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (Org.) *Complexidade Ambiental*. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. et al. (Org.) *Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. As duas globalizações: comunicação e complexidade. In: SILVA, Juremir m. da. (Org.). *As duas Globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente*. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2002.

SANCHIS, Pierre. A Contribuição de Émile Durkheim. In: TEIXEIRA, Faustino. (Org.) *Sociologia da Religião*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Denise Souza Simões Rodrigues
Doutora em Sociologia. Professora do Curso de Mestrado em Educação do CCSE/UEPA. As idéias deste artigo foram originalmente apresentadas no XIII Congresso Nacional dos Sociólogos, no decorrer da Mesa Redonda sobre Educação Diferenciada conforme Meio Ambiente e Cultura, realizado em novembro de 2005 em Belém/PA.

Recebido em 30/09/2006

Aceito para publicação em 30/12/2006

